

# OS SABERES POPULARES COMO TEMA TRANSVERSAL ÀS ESTRUTURAS CURRICULARES E POLÍTICA INSTITUCIONAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

## *POPULAR KNOWLEDGE AS A CROSS-CURRENT THEME TO CURRICULAR STRUCTURES AND INSTITUTIONAL POLICY IN BRAZILIAN UNIVERSITIES*

**Christianne Pereira Salas Roldan<sup>1</sup>**  
**Roberson Lucas Popadiuk<sup>2</sup>**  
**Antonio Gonçalves de Oliveira<sup>3</sup>**

**Resumo:** Os saberes populares são conhecimentos passados de geração para geração, baseados em experimentação e obtidos por meio de um aprendizado informal. Os detentores desses saberes são os chamados mestres e mestras dos saberes populares, pessoas com rico conhecimento transdisciplinar. Amparados pela Constituição Federal Brasileira, esses indivíduos e outros agentes sociais vêm se articulando pela conquista de espaço no ensino superior brasileiro por meio da criação de leis e portarias de fomento e reconhecimento dos saberes populares. O projeto "Encontro dos Saberes" e a titulação de Notório Saber são alguns exemplos de ações e avanços dessa luta no Brasil. Além disso, parcerias entre os Ministérios da Educação e Cultura do Brasil vêm acontecendo com o intuito de normatizar e incentivar projetos de inclusão desses mestres no ensino superior do país. Dentre todos os desafios, um dos mais importantes está em alcançar mudanças na política institucional das universidades pela materialização do ensino de tais conhecimentos na esfera acadêmica brasileira, com a inclusão de disciplinas de saberes populares (ministradas por esses mestres) no currículo acadêmico.

**Palavras Chave:** Educação Superior; Notório Saber; Cultura Popular Brasileira; Mestres de Saberes.

**Abstract:** Popular knowledge is passed from generation to generation, based on experimentation and obtained through informal learning. The holders of this knowledge are the so-called masters of popular knowledge, people with rich transdisciplinary knowledge. Supported by the Brazilian Federal Constitution (1988), these individuals and other social agents have been articulating for the conquest of space in Brazilian higher education through the creation of laws and ordinances for promotion and recognition of popular knowledge. The "Encontro dos Saberes" project and the "Notório Saber" certification are some examples of actions and advances in this struggle in Brazil. In addition, partnerships between the Ministries of Education and Culture of Brazil have been happening in order to standardize and encourage projects for the inclusion of these masters in higher education in the country. Among all the challenges, one of the most important is to achieve changes in the institutional politics of universities by materializing the teaching of such knowledge in the Brazilian academic sphere, with the inclusion of popular knowledge disciplines (taught by these masters) in the academic curriculum.

**Keywords:** Higher education; "Notório Saber"; Brazilian Popular Culture; Masters of Knowledge.

---

<sup>1</sup> Estudante de Bacharelado em Design e membro do grupo PET Políticas Públicas na Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR), Brasil. Email: christiannesalas@gmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Bacharelado em Comunicação Organizacional e membro do grupo PET Políticas Públicas na Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR), Brasil. Email: robersonpopadiuk@outlook.com

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor associado e tutor do grupo PET Políticas Públicas na Universidade Tecnológica Federal Paraná (UTFPR), Brasil. Email: agoliveira@utfpr.edu.br

## **Metodologia**

A produção deste artigo segue uma sequência cronológica de concepção, em que se busca primeiro definir e exemplificar os saberes populares. Posteriormente, fez-se necessária uma contextualização do tema em relação às leis de incentivo e políticas públicas ligadas à cultura. A partir desse ponto, seguiu-se para uma pesquisa acerca da história e de documentos oficiais de órgãos governamentais que relacionam a temática das culturas populares com a educação superior no Brasil, visando investigar e analisar a realidade atual do ensino de saberes populares em universidades brasileiras, bem como, identificar oportunidades e entraves para a inserção e valorização dos Mestres dos Saberes e seus conhecimentos dentro dessas instituições.

Os métodos e meios utilizados como base desta pesquisa foram exploratórios e fundamentados em pesquisa bibliográfica e documental materializada a partir de consultas em portarias interministeriais, leis, projetos de lei, informativos de portais governamentais, entrevistas, livros e artigos científicos aderentes ao ensino de culturas populares nas instituições de ensino superior brasileiras.

## **Introdução**

Fundado nos moldes do ensino europeu, o ensino superior brasileiro segue firme e intransponível com seu método de aprendizagem teórico e categórica rigidez na formação de seus docentes. A necessidade de produção escrita científica e de títulos acadêmicos torna a universidade brasileira um ambiente de conhecimentos técnicos e formais instrumentais em detrimento ao racional substantivo. Além disso, a comunidade acadêmica ignora e muitas vezes age com preconceito em relação a outros tipos de conhecimento diversos aos aceitos pelo universo acadêmico. A consequência disso é a desvalorização de valiosos saberes que estão enraizados na cultura brasileira e que, se bem aproveitados, poderiam ajudar o Brasil a tecer novos modos de ensinar e a enriquecer sua produção de conhecimento para a sociedade (Carvalho & Águas, 2015).

Entretanto, ações já estão sendo tomadas para viabilizar a entrada desses outros conhecimentos tão ricos e importantes quanto os criados na academia. A entrada dos

mestres e mestras das culturas populares no âmbito acadêmico tem se mostrado um grande passo para a quebra do preconceito contra os saberes populares nesse meio.

Este artigo tem o objetivo de dar continuidade a essa discussão questionando a possibilidade de materialização dos saberes populares como tema transversal às estruturas curriculares ou como política institucional nas universidades brasileiras.

## **Os Saberes Populares**

O Brasil é um país pleno de histórias, crenças, superstições e repleto de influências culturais. Dentre essas peculiaridades do povo e da cultura brasileiros estão os saberes populares - carregados de história, passados de geração para geração, baseados em experimentação e obtidos por meio de um aprendizado informal.

Segundo Taquary (2007), o saber popular não se limita a uma área específica, mas pode ser muito particular, pois não se direciona à toda a sociedade, mas a certos grupos que a constituem, como famílias, vilas, entre outros. A medicina curativa caseira, o artesanato, a culinária e a agricultura familiar fazem parte desse universo. Nesse matiz, segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA (s.d.), o Brasil possui a maior biodiversidade e uma das maiores sociobiodiversidades mundiais com a presença de mais de 200 povos indígenas e outras comunidades tradicionais, “detentores de um inestimável acervo de conhecimentos tradicionais sobre biodiversidade”.

Este estudo trata justamente desses saberes populares: agrupamentos de conhecimentos transmitidos principalmente por meio da oralidade e dos gestos, passados de indivíduo para indivíduo como um ritual cultural de pequenas comunidades e famílias (Xavier & Flôr, 2015).

## **Mestres dos Saberes Populares: políticas públicas culturais de valorização**

No Brasil, o conceito de mestres e mestras dos saberes tradicionais inclui especialistas das comunidades indígenas e quilombolas, das tradições afro-brasileiras, dos saberes da cura, dentre outros. Indivíduos detentores de profundo e diverso conhecimento transdisciplinar, rica biografia reconhecida pela comunidade em que

vivem, comprometidos com a transmissão de conhecimentos a seus aprendizes e com capacidade de inequivocidade relacionada aos seus saberes (Carvalho, 2016).

Indiretamente, os Mestres dos Saberes já são contemplados na Constituição Federal (1988) do Brasil no artigo 215, o qual assevera que o Estado garantirá o pleno exercício e acesso às fontes de cultura, bem como incentivará ações e programas de valorização e difusão de manifestações culturais. Esse foi um dos primeiros passos para tornar real qualquer possibilidade de reconhecimento futuro desses indivíduos.

Já em 1996, com a Lei nº 9.394 (1996) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional pode-se observar discretos avanços no artigo 26, que leciona sobre o ensino e difusão da cultura afro-brasileira e indígena em instituições públicas de ensino fundamental, médio e superior. Porém, esse artigo só é de fato detalhado na Lei nº 11.645 (2008), criada para tratar do ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena. Contudo, percebe-se que até este momento ainda não há a materialização da menção e reconhecimento aos mestres dos saberes na legislação brasileira.

Posteriormente, em 2007 foi publicada a Portaria Normativa Interministerial nº 1 (2007) entre os Ministérios da Educação e da Cultura que retoma todas as leis suso comentadas e estabelece novas regulações ao descrever as diretrizes de cooperação entre os ministérios, órgãos governamentais e organizações sociais e culturais com o intuito de realizar ações conjuntas. Também são estabelecidas metas que visam à abertura de editais e programas de valorização da cultura e formação da comunidade.

Por fim, em 2010, é sancionada a Lei nº 12.343 (2010) que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC). Neste documento são estabelecidas estratégias, ações e metas, sendo que dentre estas, a 4ª meta trata justamente da proteção e transmissão de saberes populares por mestres populares e o reconhecimento dessas pessoas como sábios aptos a passarem seus conhecimentos à comunidade. A referida meta gerou o Projeto de Lei (PL) nº 1.176 (2011) que prevê a instituição do Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Até a data de conclusão deste estudo, o PL aguarda entrada na pauta da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

## **Saberes Populares nas IES Brasileiras: importância e ações políticas de fomento**

Ao longo do século XX, a universidade brasileira se caracterizava pela ênfase na produção hierarquizada de saberes especializados, em que conhecimento científico e outros tipos de conhecimento eram colocados em patamares absolutamente distintos, tal como na tradicional dicotomia ciência-sociedade. Nesse contexto, foi imposto aos saberes populares o lugar da subalternidade, em contraposição ao espaço dado à chamada “alta cultura”, a cujos bens boa parte do povo não tem acesso (Santos, 2011).

Segundo Brandão (1984), apenas nos anos 1960 se manifestou claramente “uma reinvenção do sentido da cultura popular” no Brasil. Nessa década, com Paulo Freire, ocorreu um movimento de educadores que se insurgiu contra o ensino institucionalizado e oficial e estabeleceu como meta uma educação chamada popular não porque direcionada às classes “subalternas”, mas por se conectar à “possibilidade de criação de um saber popular, através (sic.) da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia popular”. Para esse movimento, “fazer cultura popular” consistia na criação de espaços de diálogo transformador com vistas na quebra do *status quo* e na edificação de uma sociedade igualitária (Brandão, 1985).

Brandão (1984) destaca eventos importantes para a compreensão das bases sobre as quais se fundamentaram as relações das culturas populares no Brasil com as práticas políticas e com a educação: (i) um gradual processo de autorreconhecimento e aproximação entre criadores individuais e coletivos das culturas populares; (ii) o deslocamento dos modos de ver/pensar as criações populares quando estas ganham *status* de patrimônio cultural imaterial; (iii) a apropriação e espetacularização de artefatos/rituais artísticos tradicionais das culturas populares pela indústria cultural; (iv) o reavivamento do interesse do meio acadêmico em relação às culturas populares, com conseqüente aumento de publicações e outras produções resultantes de diálogos com os atores dessas manifestações; e, por fim, (v) a realização de ações governamentais com a criação de políticas culturais para fomento e “salvaguarda” desse patrimônio.

Máxime que, percebendo as novas demandas relativas à cultura e à educação, em 31 de agosto de 2006, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura

(MinC) brasileiros constituíram uma Câmara Interministerial de Cultura e de Educação (CICE), por meio da Portaria Interministerial nº 1.536 (2006), com o propósito de constituir ações conjuntas, de mútuo interesse, e de acompanhar sua implementação.

Essas profundas transformações sociais, simultâneas aos processos econômicos globalizantes e às crises pelas quais passou o modelo hegemônico de produção de conhecimento científico, deslocaram os moldes de produção do saber acadêmico no início do século XXI para o que Santos (2011) chama de um conhecimento "pluriversitário", transdisciplinar, que obriga a um contato com grupos sociais diversos, demandantes da democratização da produção científica e tecnológica. Desfaz-se, então, o modelo de relação unilateral com a sociedade e, apesar de certa resistência, tal sectarismo vai sendo substituído por relações de rica interatividade (Santos, 2011).

Assim, as fragilidades do universo acadêmico brasileiro são claramente expostas e as mudanças se tornam prementes. Para além das políticas de democratização do acesso à universidade, de acordo com Carvalho (2016), a Lei nº 10.639 (2003) e a Lei nº 11.645 (2008), já citadas, "podem ser consideradas como a primeira intervenção de política pública abertamente descolonizadora nas universidades" do país, por permitirem a imersão dos currículos nas tradições brasileiras das mais diversas origens.

Como parte desse processo, em 18 de dezembro de 2013, por meio da Portaria Interministerial MinC/MEC nº 18 (2013), o MEC e o MinC instituíram o "Programa Mais Cultura nas Universidades" e o "Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura" com o objetivo de promover a formação cultural nas universidades por meio do debate e da realização de ações que agreguem ensino, pesquisa e extensão.

Conforme Santos (2011), esse novo modelo de universidade encontra na chamada "Ecologia de Saberes" uma possibilidade de ação de poder epistemológico revolucionário: a articulação de uma dinâmica de "extensão ao contrário", que ocorre de fora para dentro, proporcionando diálogos entre "o saber científico ou humanístico" produzido no âmbito universitário e os saberes populares tradicionais. Se para Santos (2011), a realização das práticas da Ecologia de Saberes na universidade contribuem para a transformação e democratização do meio universitário, para Silva (2008) abrir

espaço para os mestres e mestras dos saberes se trata de "recusar a subalternidade da cultura popular (...), de recuperar sua importância", e, a partir dela, "pensar um outro país, uma ou várias alternativas de Brasil".

Carvalho (2016) corrobora com tal pensamento e aprofunda a discussão ao questionar o lugar de docência de pesquisadores de formação eurocêntrica que, por mais que produzam estudos importantes, muitas vezes se encontram distanciados da realidade dos saberes populares. O autor questiona a prática de uma "inclusão epistêmica parcial", na medida em que esses pesquisadores concordam com a inclusão dos saberes populares na educação superior, mas não dão acesso a uma participação efetiva dos mestres e mestras no processo educativo senão como sujeitos passivos.

No mesmo lume, Carvalho (2016) leciona que, tendo a sociedade brasileira conquistado a obrigatoriedade do ensino de saberes indígenas e afro-brasileiros nas universidades, nada mais justo seria que os próprios mestres e mestras de saberes fossem os responsáveis pela transmissão desses conhecimentos e destaca uma iniciativa atual que vai ao encontro dessa demanda: o projeto "Encontro de Saberes".

O "Encontro de Saberes" consiste em uma ação realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com apoio do MinC, criada em 2010 como resposta à reivindicação dos mestres e mestras da cultura quanto à possibilidade de transmitirem seus ensinamentos nos espaços de educação formal. Esse projeto visa à inclusão desses indivíduos, reconhecidos em comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais tradicionais, como professores nas instituições de ensino superior (IES) do país (Carvalho, 2016).

A partir de ações como essa e por meio da articulação de agentes sociais atuantes nos processos políticos de incentivo às questões das culturas populares, foi conquistado mais um passo em direção ao reconhecimento dos mestres de saberes no campo da educação (básica, profissional e superior), com promessa de continuidade e aprofundamento de ações, por meio da Portaria Interministerial nº 6 (2015), de 20 de agosto de 2015, publicada pelo MEC e pelo MinC.

Com o objetivo de viabilizar nesse projeto a atuação de mestres e mestradas da tradição como professores da academia, ainda que não possuam a titulação acadêmica exigida para tanto, encontrou-se um mecanismo de reconhecimento que supre essa necessidade burocrática no instrumento do Notório Saber. Tal alternativa estratégica, que Carvalho (2016) vê como parte importante da revolução epistêmica pela qual passa a academia na atualidade, torna-se possível pela alteração dos critérios de outorga do título de Notório Saber, que tradicionalmente avalia os conhecimentos do docente com a expectativa de que sua trajetória se equipare à de um doutor. No caso dos mestres e mestradas, buscam-se parâmetros avaliativos próprios e novas regras, o que justificaria, inclusive, a criação de um título de Notório Saber específico para essas situações.

Além da UnB, outras sete IES brasileiras participam do Encontro de Saberes: a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Federal do Cariri (UFCA), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a colombiana Pontificia Universidad Javeriana, com a participação de inúmeros mestres e mestradas dos saberes populares, das mais diversas áreas do conhecimento (Carvalho, 2016).

## **Conclusão**

As transformações sociais e epistêmicas que vêm ocorrendo no mundo desde o final do século XX ocasionaram profundas mudanças nos processos de construção e transmissão do saber - domínios da educação. O cosmos do conhecimento acadêmico não escapa a esse cenário e vem sofrendo, a olhos vistos, o questionamento de dogmas e o rompimento de paradigmas antes considerados inabaláveis.

Tal conjuntura tornou urgente a valorização e o reconhecimento da importância da cultura popular e de seus saberes tão diversos, com consequente deslocamento do olhar científico e humanístico da academia em direção a esse universo. Por toda a sua autenticidade, história e relevância cultural no Brasil, os saberes populares não devem ser ignorados pela comunidade acadêmica. Eles se configuram em rica contribuição

para a formação de pesquisadores e estudantes e para a produção de conhecimento nas universidades, conferindo, inclusive, uma natureza *sui generis* a tais construtos diante do que é discutido, proposto e produzido no meio acadêmico no mundo.

Portanto, a criação de possibilidades de materialização dos saberes populares como tema transversal às estruturas curriculares ou como política institucional nas universidades do país se faria significativo para a concretização da presença desses saberes e de seus representantes no mesmo plano de importância e reconhecimento que o saber científico conquistou. Este estudo tenciona colocar em pauta o debate acerca de tal possibilidade e sobre uma futura ratificação desse processo com seu estabelecimento como critério de avaliação como requisito legal e transversal curricular no reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior brasileiras.

## Referências Bibliográficas

Brandão, C. R. (1984). *Educação popular*. São Paulo, SP. Recuperado em 17 setembro 2017, de <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>

Carvalho, J. J. (2016). *Sobre o Notório Saber dos Mestres Tradicionais nas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa*. Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de [https://www.academia.edu/32031927/sobre\\_o\\_not%C3%B3rio\\_saber\\_dos\\_mestres\\_tradicionais\\_nas\\_institui%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_ensino\\_superior\\_e\\_de\\_pesquisa](https://www.academia.edu/32031927/sobre_o_not%C3%B3rio_saber_dos_mestres_tradicionais_nas_institui%C3%A7%C3%B5es_de_ensino_superior_e_de_pesquisa)

Carvalho, J. J. & Águas, C. (2015, junho). *Encontro de Saberes: um desafio teórico, político e epistemológico*. (s.l.). Recuperado em 26 outubro 2017, de [http://www.academia.edu/25684477/Encontro\\_de\\_Saberes\\_Um\\_Desafio\\_Te%C3%B3rico\\_Pol%C3%ADtico\\_e\\_Epistemol%C3%B3gico](http://www.academia.edu/25684477/Encontro_de_Saberes_Um_Desafio_Te%C3%B3rico_Pol%C3%ADtico_e_Epistemol%C3%B3gico)

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de [https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_04.10.2017/art\\_215\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_215_.asp)

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)

Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 (2008). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)

Lei n. 12.343, de 2 de dezembro (2010). Institui o Plano Nacional de Cultura, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm)

Ministério do Meio Ambiente (s.d.). *Biodiversidade Brasileira*. Recuperado em 26 outubro 2017, de <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>

Plano Nacional de Cultura (2005). Entenda o Plano. Recuperado em 26 outubro 2017, de <http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>

Plano Nacional de Cultura (2005). Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada. Recuperado em 26 outubro 2017, de <http://pnc.cultura.gov.br/2017/07/31/meta-4/>

Portal Brasil (2014). Políticas públicas contemplam mestres da cultura. Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de <http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/06/politicas-publicas-contemplam-mestres-da-cultura>

Portaria Interministerial MinC/MEC n. 1536 de 31 de agosto de 2006 (2006). Institui a Câmara Interministerial de Educação e Cultura e dá outras Providências. Recuperado em 09 agosto 2017, de <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=04/09/2006&jornal=1&pagina=81&totalArquivos=120>

Portaria Normativa Interministerial MinC/MEC n. 1 de 4 de outubro de 2007 (2007). Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação. Brasília, DF. Recuperado em 26 outubro 2017, de <https://www.legislacao.com.br/legislacao/?id=199296>

Portaria Interministerial MinC/MEC n. 18 de 18 de dezembro de 2013 (2013). Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. Recuperado em 09 de agosto 2017, de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14900-port18-231213-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14900-port18-231213-pdf&Itemid=30192)

Portaria Interministerial MinC/MEC n. 6 de 20 de agosto de 2015, Art. º, item IV (2015). Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de novo acordo de cooperação técnica a ser firmado entre o Ministério da Educação - MEC e o Ministério da Cultura - MinC. Recuperado em 09 de agosto 2017, de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=18065-portaria-6-mec-cultura&category\\_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18065-portaria-6-mec-cultura&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192)

Projeto de Lei 1.176 (2011). Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. Recuperado em 26 outubro 2017, de <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=499716>

Santos, B. S. (2011). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo, SP. Recuperado em 19 setembro 2017, de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3258313/mod\\_resource/content/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3258313/mod_resource/content/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf)

Silva, R. M. C. (2008). (Org.) *Cultura popular e educação - Salto para o futuro*. Brasília, DF. Recuperado em 21 agosto 2017, de [https://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/livro\\_salto\\_cultura\\_popular\\_e\\_educacaoi.pdf](https://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/livro_salto_cultura_popular_e_educacaoi.pdf)

Taquary, E. O. B. (2007, janeiro-dezembro). *Diálogo entre os saberes: as relações entre senso comum, saber popular, conhecimento científico e escolar*. Universitas Relações Internacionais, v. 5, p. 97-104. Recuperado em 26 outubro 2017, de <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/329/511>

Xavier, P. M. A., & Flôr, C. C. C. (2015, maio 16). *Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências*. Revista Ensaio, v. 17, p. 308-328. Recuperado em 26 outubro 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/epec/v17n2/1983-2117-epec-17-02-00308.pdf>